

## Produzir

# Agenda para a agricultura

João Sampaio\*



**P**ASSADO o veredito das urnas, a hora é de planejamento. Em seu primeiro mandato, o governo Lula errou mais que acertou em relação à agricultura. Acertou ao apoiar o avanço da agroenergia e na regulamentação da soja transgênica. Porém, cometeu equívocos na questão agrária, na política macroeconômica, nas atribuições dos ministérios e na política agrícola.

Daqui para frente, se quiser dar o devido valor à agricultura, ele terá de promover um choque de gestão em sua estrutura. O setor é o dínamo da economia, mas carece de uma agenda de políticas públicas condizentes com a sua contribuição na geração de oportunidades, emprego, renda e superávit das contas em favor do desenvolvimento do País.

O governo deve realizar ajustes em três pontos-chave:

### 1. Segurança jurídica

Será imprescindível garantir o direito de propriedade, punir atos ilegais como, por exemplo, invasões de terras; extinguir o assistencialismo e modernizar a política agrária. O problema não é falta de terra e sim o falido modelo distributivista. Os assentados não conseguem sobreviver, muito menos se desenvolver sem ajuda governamental. Para ser viável, a terra requer aptidão para o trabalho no campo, infraestrutura, crédito, gestão, entre outros fatores. Será preciso investir na emancipação econômica dos assentamentos que já existem, não criar novos.

### 2. Desafios macroeconômicos

Precisaremos de medidas conjugadas que resultem no corte dos juros, do déficit público e dos impostos. Este conjunto de iniciativas, aliado à permissão para que o exportador tenha autonomia para internalizar parte ou o total de sua re-

ceita, quando entender ser conveniente, trará resultados importantes: diminuir a entrada de dólares, favorecer a valorização da moeda estadunidense, atrair menos capital especulativo e mais investimentos diretos, reduzir custos e facilitar o acesso ao crédito.

### 3. Questões institucionais

Acabar com a dicotomia de dividir a agricultura em dois módulos será uma das principais tarefas. Enxergar a produção familiar como rival da empresarial – atividades complementares, que, juntas formam o agronegócio – é sustentar uma estrutura ministerial burocrática, gerando gastos supérfluos e paralisando as ações. O Ministério da Agricultura não tem alçada sobre questões-chave para o setor (licenciamento ambiental, questão agrária, infra-estrutura). O mais racional será agrupar as decisões relativas a essas e outras áreas em um único posto de comando.

Além desses, terá que atuar nos seguintes pontos, a saber:

#### Política agrícola

Com investimentos em seguro, crédito e ferramentas de comercialização que protejam a renda do produtor rural. No caso do seguro, serão necessários mais recursos para a subvenção, a abertura do mercado de resseguros e o fundo de catástrofe. No tocante ao crédito e à comercialização, mais recursos, com aumento do Plano Safra, uso dos mecanismos de sustentação de preços e estímulo às transações em bolsa, a partir da diminuição das exigências financeiras para as operações.

#### Infra-estrutura logística

Rodovias precárias, poucos portos e os que existem sobrecarregados, malha ferroviária reduzida, hidrovias subutilizadas e falta de armazéns minam a com-

petitividade do setor. Como a produção agrícola é em sua maior parte transportada por caminhões, o sucateamento das estradas encarece o frete. Serão necessários investimentos pesados, e não paliativos, em todos os modais. As PPPs são uma alternativa.

#### Defesa sanitária e pesquisa rural

Investir pesado em defesa sanitária (vegetal e animal) e pesquisa rural, áreas estratégicas para competitividade da agricultura, terá de ser a tônica. O corte de verbas destinadas à sanidade fez resurgir a febre aftosa. No caso da pesquisa, a Embrapa, por exemplo, deverá dedicar-se à agricultura como um todo e não de forma setorial.

#### Negociações internacionais

O Brasil terá de investir simultaneamente na corrente de formação de acordos caso a caso, blocos comerciais e na negociação global, desenvolvendo uma estratégia de atuação mais voltada aos ganhos econômicos que ao *status* político. As negociações bilaterais são alicerces para os acordos entre blocos comerciais que, por sua vez, funcionam como base para o multilateralismo. São interdependentes.

#### Legislação ambiental e trabalhista

Desaparecer com o viés ideológico e a burocracia serão prioridades. As decisões terão de ocorrer sob a luz da ciência e da racionalidade como, por exemplo, no que diz respeito à biotecnologia, APPs, reserva legal, entre outros pontos. Na questão trabalhista, será necessária uma nova legislação que regularize a atividade de curta duração e cíclica no campo, tapando o buraco da lei atual, que disciplina o trabalho rural de modo análogo ao urbano. ■

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira